



Nova decisão do STF favorece ‘revisão da vida toda’ para aposentados do INSS



O processo da “revisão da vida toda” está no STF. A expectativa é de que seja retirado o pedido de destaque Foto: Arquivo

Ponto para os aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): após “ganharem, mas não levarem” a correção dos benefícios levando em conta as contribuições previdenciárias anteriores a julho de 1994, uma nova decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) garantiu que o pedido de destaque no processo que discute a “revisão da vida toda” — feito pelo ministro Kássio Nunes Marques — não descarte os votos já proferidos na Corte, no plenário virtual.

Isto significa que, mesmo que a ação vencedora (por 6 a 5 votos) no âmbito virtual ainda seja levada ao plenário presencial, como quer Nunes Marques, o placar não voltará à estaca zero, o que garante uma vitória aos aposentados. Isso porque, na última semana, os membros do Supremo decidiram que os votos de ministros que já se aposentaram serão mantidos.

O advogado João Badari, representante do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), que participa do processo, explica que, quando havia migração do processo para o plenário físico, o julgamento era reiniciado, e os votos já proferidos pelos ministros que se aposentaram eram, então, desconsiderados. Com isso, havendo um pedido de destaque, os novos ministros da Corte passavam a integrar as discussões. Porém, com a nova decisão do Supremo, esse processo não será reiniciado, mas, sim, continuado. Isso se o ministro Nunes Marques insistir no pedido de destaque, o que pode não ocorrer.

Na recente discussão da Corte, o ministro Alexandre de Moraes avaliou que o plenário virtual é um “avatar” do físico. Portanto, as decisões tomadas ali teriam o mesmo efeito, não havendo necessidade de o assunto ser rediscutido. O entendimento foi seguido pela ministra Rosa Weber.

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Idosos (Sindinapi), João Batista Inocentini, o pedido de destaque de Nunes Marques foi uma manobra para tentar reverter uma vitória dos aposentados. Segundo ele, o pedido do ministro é ilegal.

— O pedido é ilegal e foge da norma do Supremo. Agora, cabe ao ministro-presidente do STF, Luiz Fux, mandar seguir o processo e garantir o direito aos aposentados — diz Inocentini.

Não vale para todos

É importante destacar que a revisão da vida toda não abrange a totalidade dos aposentados do país. Os segurados que podem se beneficiar da revisão são aqueles que realizaram poucos recolhimentos após 1994; quem recebia uma alta remuneração bem antes de 1994; e aqueles com baixos salários após 1994.

Aposentadorias concedidas com base nas novas regras estabelecidas pela reforma da Previdência não entram nessa revisão. Isso porque a Emenda Constitucional 103/2019 criou suas próprias regras de cálculo de aposentadoria.

Os aposentados que tiveram uma redução no valor de seus benefícios nos últimos tempos,

devido ao sistema de transição, poderão pedir um novo cálculo mediante a inclusão de suas contribuições feitas, o que por sua vez, poderá aumentar o valor da aposentadoria.

Para fazer os cálculos, é preciso ter em mãos carteiras de trabalho, carnês de contribuição, processo administrativo de aposentadoria (requerido no site ou no aplicativo do INSS) e carta de concessão do benefício a ser revisado.

— Agora, os julgamentos que já haviam iniciado no plenário virtual, e que já contavam com os votos dos ministros que se aposentaram, permanecerão com esses posicionamentos, mesmo após um pedido de destaque. A mudança foi aprovada por oitos votos a um pelo plenário do Supremo. O único contrário foi o ministro André Mendonça — explica Badari.

Votaram a favor dos aposentados o ex-ministro Marco Aurélio Mello e os ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Rosa Weber, Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski. Votaram contra os ministros Nunes Marques, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Gilmar Mendes.

Manobra para barrar a revisão

Em março, faltando poucos minutos para o final do julgamento que ocorreu no plenário virtual, o ministro Kássio Nunes Marques, indicado à Corte pelo presidente Jair Bolsonaro — que é contra a “revisão da vida toda” —, pediu destaque no processo para fazer o julgamento voltar à estaca zero.

A manobra de Nunes Marques poderia inviabilizar a “revisão da vida toda”, direito dos aposentados que foi reconhecido pelo STF pelo placar de 6 a 5. Isso porque o voto do ministro-relator Marco Aurélio Mello, que votou em favor dos segurados do INSS, seria descartado, e o novato André Mendonça, também indicado por Bolsonaro, que assumiu a relatoria do caso, votaria em seu lugar, podendo alterar o resultado.

Agora, com a nova decisão do Supremo, o papel de Mendonça será exclusivamente o de relatar o caso. Ele ficará impedido de votar.

Ainda não há data para a análise do processo no plenário físico.

FONTE: EXTRA - Martha Imenes

Decisão do STF abre debate sobre preservação de direitos trabalhistas por categorias

Acordo coletivo previa que trabalhadores não receberiam por tempo em deslocamento; TST foi contra, mas STF manteve



Direitos previstos na legislação trabalhista estão sendo atacados; categorias devem se unir para preservá-los - Pedro Ventura/Agência Brasília

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no último dia 2 de junho, abriu espaço para discussões no meio jurídico sobre os rumos dos direitos dos trabalhadores após a “reforma” implementada em 2017, ainda durante o governo de Michel Temer (MDB).

O Supremo confirmou uma cláusula de acordo coletivo que suprime direitos previstos na legislação trabalhista, em votação do colegiado do STF, que deu ganho de causa à Mineração Serra Grande S/A, de Goiás, em recurso contra decisão tomada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O acordo coletivo assinado previa que a empresa forneceria transporte para os trabalhadores entre o centro urbano da cidade de Crixás e a sede da mineradora, mas sem pagamento pelas horas gastas em deslocamento. O TST anulou essa cláusula do acordo – e foi essa decisão que foi derrubada pelo STF.

Centrais criticam a decisão

Em nota em seu site oficial, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) lamentou a derrubada, e lembrou que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Justiça do Trabalho geralmente autorizavam que “o negociado prevalecesse sobre o legislado”, desde que não implicasse em retirada de direitos. Desde as mudanças na legislação trabalhista, porém, a pedido dos patrões, o critério passou a poder ser aplicado de sinal trocado: a Justiça passou a ter a prerrogativa de retirar direitos.

O advogado José Eymard Loguércio, que representou a CUT Nacional na votação no Supremo, afirmou que a negociação coletiva deve ser valorizada, mas o Judiciário não pode naturalizar a retirada de direitos. A entidade foi convidada a participar, mesmo não sendo parte diretamente envolvida, como representante dos trabalhadores em geral, que têm interesse direto no processo.

“Quando se faz uma naturalização da regressão de direitos para a construção da autonomia coletiva, começamos a desproteger novamente, porque não há princípio de equivalência entre as partes”, disse, durante o primeiro dia do julgamento no Supremo (quarta, dia 19).

O secretário-geral da Intersindical, Edson Índio, destacou que a supressão do direito de pagamento pelas horas em deslocamento não teve nenhum tipo de contrapartida. Ele disse que a decisão do Supremo acompanha a posição das entidades patronais, que há muito tempo pressionavam para poder retirar direitos, o que culminou com a “reforma” de Temer.

“Foi um retrocesso, mas não esperávamos coisa diferente, já que as decisões de matérias

que chegam ao STF geralmente têm sido ruins para os trabalhadores. Esse debate, inclusive, sobre pagamentos de horas gastas em itinerários a locais de difícil acesso, aconteceu durante a tramitação da reforma, isso já era previsto”, lamentou.

Índio disse, ainda, que a decisão do Supremo é perigosa em pontos menos específicos. Por exemplo, quando é citado que os direitos trabalhistas podem ser negociados abaixo do que preveem as legislações, desde que um “patamar mínimo” de direitos seja respeitado.

“Só pode haver negociação para melhorar o que já está conquistado. Negociar pra reduzir é que não pode. Não vamos, centrais e sindicatos, negociar abaixo do patamar que já temos. Isso inclusive vai contra o princípio constitucional do não retrocesso social”, alertou.

Alerta para os trabalhadores

Para a juíza do trabalho, Valdete Souto Severo, que também é professora de direito do trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o caso deve ser observado com atenção pelas entidades de classe. Ela lembra que a discussão nas instâncias superiores da Justiça só existiu por que o acordo coletivo previu que os trabalhadores não receberiam pelas horas que passam no transporte fornecido pela empresa.

“Nesse caso específico, a discussão não se relaciona com a questão do ‘pactuado sobre o legislado’. O STF está tirando um direito previsto em lei, mas retirado em acordo. O que o Supremo está dizendo é que é possível um acordo coletivo retirar um direito previsto em lei”, alerta.

A juíza chama atenção para o fato de que a legislação em vigor prevê requisitos mínimos para as relações de trabalho, e isso inclui, por exemplo, o tempo máximo de jornada de trabalho, a necessidade de salário mínimo e o oferecimento de condições de segurança. E alerta: cabe aos sindicatos negociarem para conquista de melhores condições para as categorias que representam – e não piores.

“Essa decisão é muito importante para ser refletida e discutida, pois mostra como o STF está se comportando perante alguns direitos que são reconhecidos como fundamentais. O problema é quando convenções e acordos retiram direitos, e cada vez retiram mais. O sindicato assinou um acordo”, destaca.

Espaços em disputa

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), o jurista Jorge Souto Maior vai na mesma linha, e afirma que a classe trabalhadora não deve aceitar argumentos econômicos de que “se a empresa não reduzir direitos, ela não vai conseguir se manter”, em ambientes de negociação e reforça que as categorias devem se recusar a aceitar propostas que retirem conquistas anteriores.

A decisão do STF no caso da mineradora goiana, segundo Souto Maior, não “faz terra arrasada” nos direitos trabalhistas. O caso é muito específico e ainda há muitos espaços de disputa. “Não é uma situação simples, mas é absolutamente necessário que os sindicatos, as centrais sindicais e o movimento trabalhista como um todo deem uma resposta em outro sentido: não negociar nada que envolva redução de direitos. Essa contraposição política é que pode estabelecer mudanças positivas”, pondera.

A mineradora goiana pertence ao grupo sul-africano AngloGold Ashanti, um dos maiores da área no mundo. A decisão tomada beneficia a gigante, e, por ser uma decisão específica, não tem impacto favorável a outras empresas, deste e de outro setor.

“Nesse caso é um benefício para esta empresa em detrimento de outras, que não conseguem o mesmo patamar de redução de benefícios. Quando os trabalhadores assinam um acordo de retirada de direitos, eles favorecem o grande capital”, destaca Souto Maior.

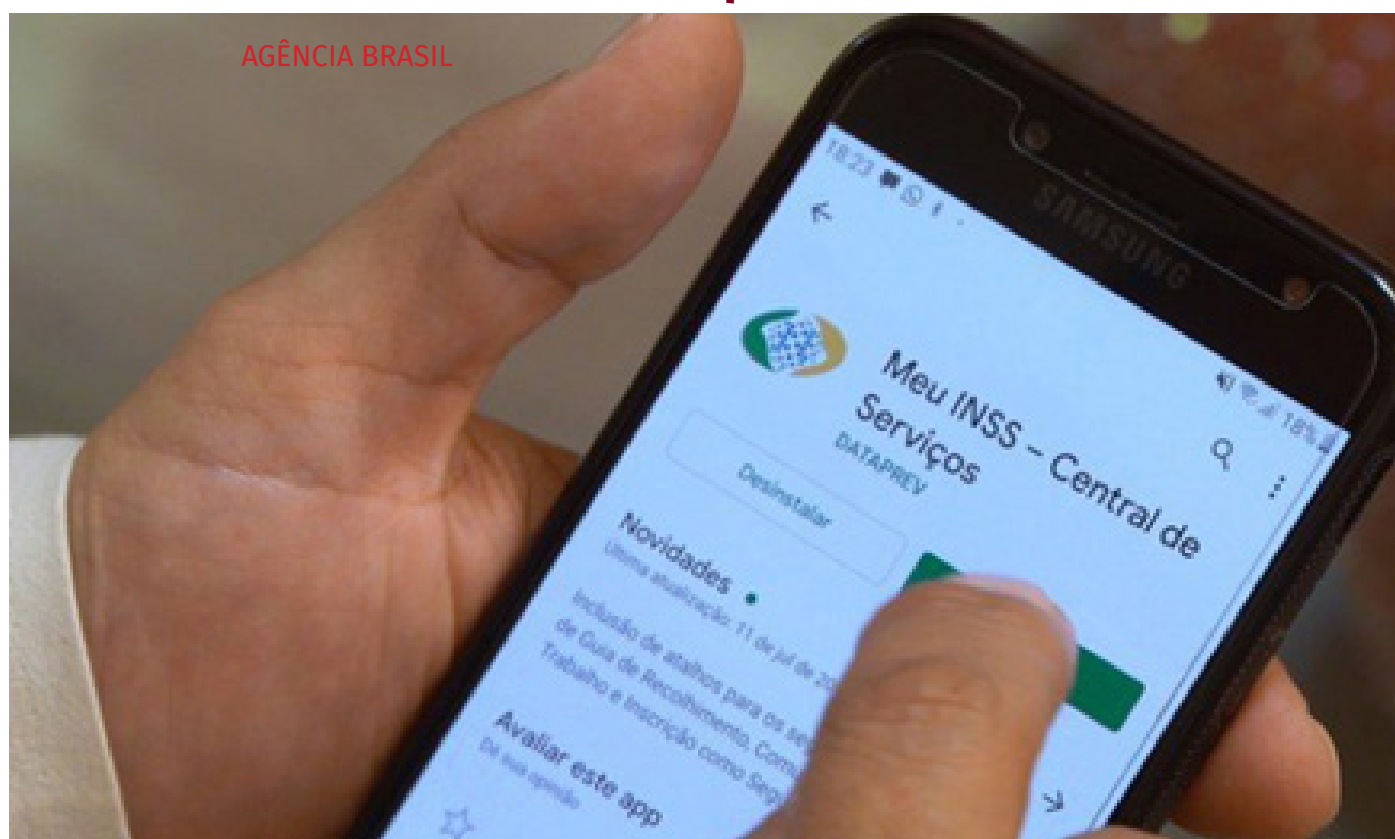
“Só vai ser possível reverter esse cenário com uma atuação da classe trabalhadora como classe. O que interfere na vida dos petroleiros deve dizer respeito também aos metroviários. O que interessa aos metalúrgicos, interessa também aos bancários. Sempre que houver esse tipo de ameaça a uma categoria, as demais devem estar solidárias”, completa.

Edição: Rodrigo Durão Coelho

Fonte: RBA - Felipe Mendes

Saiba o que fazer quando a empresa deixar de recolher sua contribuição ao INSS

Mais de 10 milhões de empresas estão inadimplentes com a Previdência. Cabe ao trabalhador provar o vínculo empregatício para que possa ter acesso a benefícios como a aposentadoria. Confira o que fazer



A maior parte dos trabalhadores e trabalhadoras passa uma vida toda confiando que todos os descontos em seus salários estão sendo feitos de forma correta e que seus empregadores estão cumprindo com a lei, entre elas, o valor que precisa ser depositado todos os meses em seu nome junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A realidade, porém, pode ser outra e o trabalhador pode ter problemas na hora de requerer um benefício como o auxílio-doença ou a aposentadoria, já que muitas empresas descontam dos salários e não contribuem com o INSS.

Atualmente, o Brasil tem cerca de 10 milhões de empresas inadimplentes com o INSS. São empresas de todos os portes e até grandes bancos. Em uma lista das 500 maiores empresas em débito com a Previdência, entre ativas e falidas, divulgada pela ReporterBrasil.Org.Br tinha bancos como o Itaú, o Bradesco e o Banco do Brasil, um banco público. Em 2020, outro banco público, a Caixa Econômica Federal apareceu na lista dos inadimplentes.

“Os últimos dados são de 2020 e mostram que o valor total devido para a Previdência no Brasil chega a R\$ 1,5 trilhão. Os dados de 2021 ainda não foram processados, mas esse

valor pode chegar hoje a R\$ 1,7 trilhão, ou seja R\$ 200 bilhões a mais”, estima o pesquisador da UnB, Remígio Todeschini, especialista em Previdência.

Com este valor, diz ele, seria possível bancar os mais de 36 milhões de benefícios pagos hoje no Brasil pelo INSS por dois anos e meio.

A boa notícia é que é um direito garantido ter acesso aos benefícios do INSS. Por isso, ainda que a empresa não esteja em dia com o INSS, o trabalhador vai receber a aposentadoria ou o auxílio-doença, por exemplo. Para isso, basta o trabalhador comprovar junto ao instituto tanto o vínculo empregatício como o rendimento (o salário).

“É preciso comprovar o vínculo empregatício para o INSS conceder e calcular qualquer benefício, seja auxílio-doença, invalidez temporária ou permanente, ou aposentadoria, enfim, ele tem que mostrar um documento”, explica o pesquisador da UnB.

“O trabalhador não pode ser prejudicado pelo fato do empregador não ter recolhido para a Previdência Social. A culpa não é dele. É do empregador”, reforça Remígio Todeschini.

Segundo ele, geralmente é quando o trabalhador dá entrada no pedido de um benefício ou aposentadoria que ele tem a notícia de que a empresa poder ter deixado de recolher as contribuições para a Previdência.

O que fazer quando a empresa sonega o INSS?

Em casos de irregularidades, o trabalhador deverá agendar atendimento em uma das agências do INSS pelo fone 135.

Será necessário, então, reunir documentos que comprovem:

- Que trabalhou durante o período em que não houve recolhimento ao INSS;
- Que houve o desconto da contribuição em seu salário;
- Qual o seu rendimento para que o cálculo do benefício possa ser feito.

A relação de documentos válidos é extensa, portanto, dando ao trabalhador a possibilidade de comprovar facilmente o vínculo com a empresa.

O próprio portal do INSS informa quais são

esses documentos. Constam na lista a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contrato de trabalho, termo de rescisão de contrato, holerites (no portal, descritos como recibos de pagamento), entre outros.

Como acompanhar as contribuições ao INSS?

O trabalhador ou a trabalhadora podem verificar se as empresas estão fazendo as contribuições junto ao INSS acessando o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

O processo é simples para quem tem acesso ao aplicativo Meu INSS ou mesmo ao site do instituto.

“Esse sistema [Cnis] permite que todas as informações dos trabalhadores, desde os anos 1970, tenham essa transparência”, diz Remígio Todeschini.

Ainda assim, muitos trabalhadores, por várias razões, têm dificuldades de acessar as informações. Seja porque não têm instrução suficiente, seja por não terem acesso à tecnologia (o aplicativo), muito menos à internet. Por isso acaba sendo um transtorno e até mesmo um impeditivo para que consigam ter acesso aos benefícios quando as empresas não cumprem com suas obrigações de recolhimento.

Remígio afirma que “o INSS deveria dar orientação pública sobre o acompanhamento”, mas isso não acontece. As informações estão no portal, mas quem não tem celular, nem aplicativo, nem internet, acaba ficando sem saber. E mesmo para quem tem esses recursos, uma campanha informativa seria conveniente.

Sindicatos também podem ajudar

Em geral, os sindicatos têm pessoal para orientar os trabalhadores que são lesados nessas situações e auxiliam na hora de comprovar o tempo de contribuição. “Se esse for o seu caso, procure o seu sindicato”, orienta o pesquisador.

FONTE: CUT - Andre Accarini | Editado por: Marize Muniz

Proposta para baratear combustível tira R\$ 90 bilhões da saúde e educação

O projeto tira recursos do SUS (R\$ 11 bi), Fundeb (R\$ 21 bi) e Combate à Pobreza (R\$ 5 bi), além de perdas na segurança pública, totalizando R\$ 90,5 bilhões de corte em um ano. Votação será na segunda (13)



Para manter a política desastrosa de lucros abusivos da Petrobras, em detrimento da maioria do povo brasileiro que paga em dólar pelo preço do petróleo produzido aqui, corre no Congresso Nacional uma proposta aparentemente positiva para baratear os preços dos combustíveis, mas a realidade é totalmente contrária, avalia a assessoria técnica do PT no Senado.

Para a equipe petista, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/ 22 , do deputado tucano Danilo Forte (PSDB-CE) , que impõe cortes orçamentários para estados e municípios,

com a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), prejudicará serviços públicos essenciais como saúde, educação e o combate à pobreza.

O projeto limita a cobrança de ICMS sobre combustíveis, energia, comunicações e transportes com cortes de R\$ 36 bilhões sobre a gasolina, R\$ 19 bilhões da energia, R\$ 11 bilhões da comunicação, R\$ 19,5 bilhões do Tust/Tusd (tarifas de energia) e mais R\$ 5 bilhões do Fundo de Combate à Pobreza.

Se aprovado, o projeto irá tirar recursos do SUS, Fundeb e segurança pública na ordem

de R\$ 90,5 bilhões em um ano. Só no SUS, as estimativas de perda são de R\$ 11 bilhões; outros R\$ 21 bilhões serão tirados do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

O cálculo, com base nos últimos dados dos estados, não inclui a redução de receita resultante da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) anunciada recentemente, que teria o propósito de zerar Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) de diesel e GLP.

Querem garantir os altos lucros da Petrobrás

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), disse em reunião na última quarta-feira (8) com senadores, segundo a Agência Senado, que a atual proposta na mesa vai acabar retirando recursos da saúde, da educação e da segurança para garantir altos lucros da Petrobras, das importadoras de petróleo e das distribuidoras.

“O ICMS sobre o óleo diesel está congelado desde novembro do ano passado, quando o combustível estava custando R\$ 4,90, e hoje já está R\$ 7. Essa diferença foi para o bolso de quem? O consumidor se beneficiou? Claro que não. Obviamente todos querem a redução dos preços, mas o problema é escolher o caminho mais eficaz para esse objetivo. Esse caminho escolhido pelo governo não trará benefícios aos cidadãos”, avaliou o governador baiano.

Segundo Rui Costa, os responsáveis pelos preços dos combustíveis são a atual política de preços e a Petrobras, sobre as quais nenhum governador tem capacidade de intervenção.

Segundo o relator do PLP, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), o texto chega ao plenário da Casa, para leitura do relatório e debate, ainda nesta semana, e pode ser votado na próxima segunda-feira (13), um dia considerado atípico para sessões deliberativas. Até as 12h desta segunda estará aberto o prazo para apresentação de emendas, e o relator vai ter que analisá-las para, ser for o caso, incluí-las em seu voto. Até o fim da manhã desta sexta-feira (10), a proposta já havia recebido 25 sugestões, ainda de acordo com a Agência Senado.

Confira os seis pontos prejudiciais aos brasileiros

Ponto 1: Para se ter uma ideia do impacto do PLP, em 2021, o ICMS representou 86% da arrecadação dos estados. Apenas combustíveis, petróleo e energia representaram quase 30% da arrecadação do ICMS.

Ponto 2: o ICMS é a base da arrecadação dos estados, financiando principalmente segurança pública, educação, saúde e assistência social.

Ponto 3: diferente da União, estados não emitem dívida soberana. Logo, o ajuste à queda da arrecadação deverá ser por meio de redução de serviços públicos (não há qualquer compensação para a perda de receita no PL a partir de 2023). O usuário do SUS e da educação pública pagará a conta dos elevados lucros e dividendos distribuídos pela Petrobras.

Ponto 4: os municípios ficam com 25% do ICMS (cota-parte). Logo, da perda total estimada, R\$ 22,6 bilhões se referem a municípios. R\$ 67,9 bilhões se referem a estados.

Ponto 5: Em cada Estado, o Fundeb é composto por 20% de um conjunto de impostos, especialmente o ICMS: Logo, a perda de R\$ 90,5 bilhões no ICMS leva diretamente à queda de R\$ 18 bilhões no Fundeb. Além disso, atualmente, a União faz a complementação no Fundeb com o valor de 15% do fundo estadual. Logo, há mais R\$ 2,7 bilhões de perda. Em síntese, R\$ 21 bilhões são diretamente retirados do Fundeb com o PLP 18.

Ponto 6: para o SUS, estados são obrigados a aplicar, no mínimo, 12% da sua receita de impostos e os municípios, 15%. Sob a hipótese de que a perda do ICMS seria igual à queda da arrecadação dos entes, os gastos de saúde poderiam cair até R\$ 11,5 bilhões por ano.

Foto: Roberto Parizzotti

Fonte: Rosely Rocha – CUT Brasil com Agência Senado e PT no Senado

Ato da CUT e centrais contra os juros altos reforça luta para derrotar Bolsonaro

Protesto em frente à sede do Banco Central em SP denunciou a política econômica de Bolsonaro e a alta da Selic. Sindicalistas prestaram apoio à greve dos motoristas e solidariedade a Dom e Bruno



Contra as altas taxas dos juros no Brasil, a Selic, e contra a carestia, a CUT e as centrais Força Sindical, UGT, NCST e CTB realizaram um ato na manhã desta terça-feira (14) na Avenida Paulista, em frente à sede do Banco Central, onde acontece nestes dias (terça e quarta-feira) a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que deverá anunciar mais uma alta da taxa. A Selic deverá passar dos atuais 12,75% para 13,25%.

Em um momento de crise econômica aprofundada, desemprego que atinge mais de 11 milhões de trabalhadores e a taxa de inflação que está há nove meses seguidos está acima

dos dois dígitos, aumentar a Selic, significa estrangular ainda mais já trágica condição econômica dos brasileiros, em especial os mais pobres, que são os mais impactados pela disparada dos preços.

“Cada 1% que aumenta a taxa de juros quase R\$ 40 bilhões por ano que são transferidos dos pobres para o sistema financeiro”, afirmou o presidente da CUT, Sérgio Nobre, durante o protesto.

Além do dirigente, várias lideranças sindicais dialogaram com as centenas de pessoas presentes sobre os prejuízos para o Brasil por causa da alta taxa de juros, explicando que à

medida em que sobe a Selic, tudo fica mais caro, inclusive a cesta básica.

Ou seja, o aumento da taxa, que segundo o governo é para conter o consumo e, consequentemente segurar a inflação, além de não resolver a questão dos preços altos ainda está impedindo que mais brasileiros consigam colocar comida na mesa. Com menos consumo, a produção é afetada e a medida ainda vai gerar mais desemprego.

“Esse ato é muito importante neste dia e deixamos claro que é [um ato] contra Bolsonaro, Paulo Guedes [ministro da Economia], e contra esse governo de morte e destruição”, reforçou Sérgio Nobre.

E a manifestação teve justamente esse objetivo: denunciar a política econômica atual. Os dirigentes apontaram que o único caminho para que o Brasil saia da crise e retome o rumo do desenvolvimento, da geração de emprego e, principalmente, tenha políticas que garantam que os brasileiros terão condição de comer, se alimentar, é derrotando nas urnas o atual governo.

“A gente aposta em um projeto que aponte para o desenvolvimento. A bandeira de luta do nosso povo é fazer valer a construção de um país mais humano e menos desigual. O caminho é ‘fora Bolsonaro’”, disse o presidente da CTB, Adilson Araújo.

Reforçando a urgência em eleger um governo que represente os interesses da classe trabalhadora, neste momento personificado pelo ex-presidente Lula, que lidera as pesquisas de intenção de voto, o presidente da UGT, Ricardo Patah alertou que é fundamental “conscientizarmos a classe trabalhadora que é preciso mudar os rumos do país, que hoje só valoriza o mercado e não enxerga o desempregado, o povo em situação de rua”.

“Vamos levantar a sociedade e rumar para a grande vitória de outubro, com Lula”, completou o dirigente.

Palavra de ordem

“Mais de 33 milhões de pessoas estão passando fome hoje no Brasil”, “metade das mulheres não sabe o que vai dar para o filho comer amanhã” e “o Brasil produz muitos alimentos e o povo passa fome”, foram fatos citados pelas lideranças na Avenida Paulista.

Sérgio Nobre lembrou ainda que “o povo está sofrendo, famílias inteiras estão dormindo nas ruas, o desemprego está chegando em cada família e não podemos ficar calados”.

“O momento é muito difícil e agora não tem saída se não for a luta”, disse o presidente da CUT.

E parte da luta se faz chamando a atenção da sociedade, do empresariado e denunciando os desmandos deste governo. A afirmação foi feita pelo Secretário-Geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna. “A manifestação é clara e contra a política econômica e contra o governo de Bolsonaro – governo sem vergonha e que nos envergonha”, disse o sindicalista.

“O importante é estar nas ruas para conscientizar que temos que levar esse debate das ruas para as urnas”, ressaltou Juruna em referência a eleger Lula em outubro. “Em outubro podemos modificar essa política, eleger alguém comprometido com a causa e hoje, sem dúvida, quem pode é Lula”, pontuou.

Levante

Dia movimentado e de luta para a classe trabalhadora, a terça-feira amanheceu, em São Paulo, com a greve dos condutores – os motoristas de ônibus – da capital paulista que cobram reajuste de 12,47% e que enfrentam resistência do setor patronal que, conforme lembrou o presidente da CUT na Avenida Paulista, deixando claro que o contra alta dos juros teve também esse objetivo – de solidariedade à categoria.

“Parabéns aos condutores que lutam pela dignidade de poder sustentar a família. Nem

a inflação querem repor nos salários e aqui, hoje [no Banco Central] vão aumentar a taxa de juros”, disse Sérgio Nobre.

Paralelamente, um ato também foi realizado em frente à Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), no centro velho da cidade, onde as ações da Eletrobras foram colocadas à venda.

“Estão vendendo a Eletrobras, privatizando, entregando para empresas estrangeiras, e para o sistema financeiro. Vai faltar energia, o povo vai pagar mais caro. O povo brasileiro hoje tem que escolher se vai pagar conta de luz ou se vai comer. Tem lugar vendendo botijão de gás em três parcelas porque o povo não consegue comprar. É uma vergonha para o país”, disse o presidente da CUT.

Dom e Bruno

As lideranças sindicais ainda manifestaram solidariedade ao indigenista Bruno Pereira e ao jornalista Dom Phillips, desaparecidos desde a manhã do domingo na Amazônia.

“Queremos manifestar indignação com o tratamento que está sendo dado à família de Dom e Bruno. Indícios mostram que foram vítimas de grileiros de terras que se arvoraram por conta do Bolsonaro a invadir terras indígenas”, disse Sérgio Nobre.

“O descaso mostra aquilo que já falamos. Bolsonaro autorizou as milícias a atuar na periferia matando a população pobre e os criminosos que tomam conta da Amazônia. Exigimos esclarecimentos”, concluiu o dirigente.

FONTE: Andre Accarini | Editado por: Marize Muniz

ESPIRITO SANTO

Festa dos VIGILANTES 2022

ATENÇÃO!

PROGRAMAÇÃO DESTA SEMANA PARA A RETIRADA DOS CONVITES!

Sede (Vitória)	Sábado, 18/06, das 8h às 15h Segunda, 20/06, das 7h às 16:20h
Guarapari	Quarta, 15/06, das 9h às 17h
Aracruz	Quarta, 15/06, das 9h às 15h

SINDSEG-GV/ES
Um novo sindicato para um novo tempo
Tel. Tel. 27 - 3222-5940 / 3222-5341

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF